ISSN: 2358-8829

DECRETO 1.2773/2025 E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUIS-MARANHÃO

Ana Paula Costa de Souza [1]
Luiza Mota Teixeira Telles[2]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios e compromissos da educação brasileira, tendo em vista a garantia do direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento integral de todos os estudantes. Nesse contexto, a educação especial assume um papel fundamental na construção de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade humana e assegurem condições equitativas de acesso, permanência e aprendizagem no ambiente escolar. A efetivação desse direito exige não apenas a existência de políticas públicas, mas também a reorganização das instituições de ensino, a disponibilização de recursos de acessibilidade e a formação dos profissionais da educação para atender às diferentes necessidades dos estudantes.

Com a atualização da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, regulamentada pelo Decreto nº 12.773/2025, ampliam-se as discussões acerca das responsabilidades das redes de ensino e das escolas na implementação de práticas educacionais inclusivas. Essa normativa reforça a importância da oferta de serviços de apoio, do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da utilização de recursos pedagógicos acessíveis e da formação continuada dos professores, visando à construção de ambientes escolares que favoreçam a participação efetiva dos estudantes público-alvo da educação especial.

Entretanto, a implementação das diretrizes estabelecidas pela política inclusiva envolve desafios que ultrapassam o cumprimento das determinações legais. No cotidiano escolar, fatores como a insuficiência de recursos pedagógicos adaptados, a necessidade de acompanhamento especializado, as dificuldades na adequação curricular e a formação docente constituem aspectos que influenciam diretamente a efetividade das ações inclusivas. Dessa maneira, torna-se necessário compreender como as políticas educacionais se materializam nas práticas escolares e quais transformações são necessárias para que a inclusão se concretize de forma significativa.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

Diante dessa realidade, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos do Decreto nº 12.773/2025 em uma escola pública municipal de São Luís, Maranhão, considerando as mudanças, os desafios e os avanços relacionados à implementação da educação especial inclusiva. Busca-se compreender de que maneira as diretrizes estabelecidas pela normativa repercutem na organização do trabalho pedagógico, na oferta do Atendimento Educacional Especializado, na atuação dos professores e na articulação entre escola, família e demais profissionais envolvidos no processo educativo.

A relevância desta pesquisa está na possibilidade de contribuir para a reflexão sobre a efetivação das políticas públicas de inclusão no contexto da educação municipal, identificando tanto as dificuldades enfrentadas pela instituição quanto as estratégias desenvolvidas para favorecer a aprendizagem e a participação dos estudantes. Assim, pretende-se colaborar com o debate sobre a construção de uma escola comprometida com a equidade, a acessibilidade e o respeito às diferenças, na qual a inclusão ultrapasse o campo das determinações legais e se concretize nas práticas pedagógicas e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação especial inclusiva: fundamentos legais e conceituais

A educação especial inclusiva representa um compromisso com a garantia dos direitos educacionais dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação. Sua efetivação pressupõe a superação de barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais que dificultam o acesso ao currículo, a participação nas atividades escolares e o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes.

No Brasil, esse compromisso encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996 —, na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — Lei nº 13.146/2015. Esses marcos legais estabelecem referências para a organização de sistemas educacionais comprometidos com a acessibilidade, a equidade e a participação dos estudantes com deficiência.

Nesse contexto, destaca-se o Decreto nº 12.686/2025, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, posteriormente alterado pelo Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. A

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

normativa reafirma a importância da escolarização em classes comuns, acompanhada dos apoios necessários, e estabelece diretrizes relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), à acessibilidade, às tecnologias assistivas e à formação dos profissionais da educação.

Entretanto, a existência de dispositivos legais não garante, por si só, a efetivação da inclusão. É necessário que as instituições escolares transformem as diretrizes normativas em ações concretas, com planejamento pedagógico, avaliação das necessidades educacionais, disponibilização de recursos e acompanhamento contínuo da aprendizagem.

Nessa perspectiva, a inclusão deve ser compreendida como um processo de transformação da escola, e não apenas como a inserção física do estudante na sala de aula. Isso significa reconhecer que as dificuldades de aprendizagem e participação não podem ser atribuídas exclusivamente às características individuais do aluno, pois também estão relacionadas às barreiras presentes no ambiente educacional e às oportunidades de ensino oferecidas.

2.2 Práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas

A discussão sobre práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas é fundamental para compreender os desafios da implementação da política de educação especial inclusiva. Cook e Odom (2013) destacam a importância de identificar intervenções educacionais apoiadas por pesquisas rigorosas e de compreender os processos necessários para sua implementação efetiva nas instituições de ensino.

Os autores ressaltam que a identificação de uma prática eficaz constitui apenas uma etapa do processo. Seus resultados dependem também da qualidade da implementação, da preparação dos profissionais, das condições institucionais e da continuidade das ações. Dessa forma, a adoção de estratégias inclusivas precisa estar associada ao acompanhamento dos resultados e à avaliação de sua adequação às necessidades dos estudantes.

Uma prática baseada em evidências não deve ser confundida com uma estratégia simplesmente popular, recomendada por experiência pessoal ou considerada inovadora. Sua utilização pressupõe a análise da qualidade das pesquisas disponíveis, da população estudada, dos resultados observados e das condições em que a intervenção foi aplicada.

Nesse sentido, Cook e Cook (2011) contribuem para a compreensão dos critérios utilizados na identificação das práticas baseadas em evidências na educação especial. Os autores ressaltam que a avaliação das intervenções deve considerar a consistência dos

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

resultados científicos, sem ignorar as características individuais dos estudantes e os contextos em que as estratégias serão utilizadas.

Para uma escola pública municipal, essa perspectiva implica selecionar estratégias pedagógicas fundamentadas em pesquisas, verificar sua viabilidade diante dos recursos existentes e monitorar se elas efetivamente favorecem a aprendizagem. Entre as possibilidades estão o ensino explícito e sistemático, a apresentação de instruções em etapas, o uso de recursos visuais, a prática orientada, o feedback frequente e a avaliação contínua do progresso.

É importante destacar, contudo, que nenhuma intervenção deve ser considerada universalmente eficaz para todos os estudantes. A escolha das estratégias precisa considerar as necessidades educacionais, as habilidades já desenvolvidas, as barreiras identificadas e os objetivos de aprendizagem estabelecidos.

2.3 Desenho Universal para a Aprendizagem e acessibilidade curricular

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui uma abordagem relevante para a organização de ambientes educacionais acessíveis. As diretrizes desenvolvidas pelo CAST (2024) propõem o planejamento de experiências de aprendizagem que considerem a diversidade dos estudantes desde o início, reduzindo barreiras e ampliando as possibilidades de participação.

A abordagem contempla múltiplas formas de engajamento, representação das informações e ação e expressão. Na prática escolar, isso significa oferecer diferentes maneiras de despertar o interesse dos estudantes, apresentar os conteúdos e permitir que demonstrem o que aprenderam.

Por exemplo, um conteúdo pode ser apresentado por meio de explicações orais, imagens, textos acessíveis, materiais concretos e demonstrações. Da mesma forma, a aprendizagem pode ser demonstrada por uma produção escrita, uma apresentação oral, uma atividade prática ou outro formato compatível com os objetivos pedagógicos e as necessidades do estudante.

No contexto da educação especial inclusiva, o DUA contribui para que o planejamento pedagógico não seja elaborado considerando apenas um perfil de aprendizagem. Ao antecipar possíveis barreiras, o professor amplia as oportunidades de acesso ao currículo e pode reduzir a necessidade de adaptações realizadas somente após o surgimento das dificuldades.

Entretanto, o DUA não elimina a necessidade de apoios individualizados. Alguns estudantes podem precisar de tecnologias assistivas, recursos de comunicação

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

alternativa, adaptações razoáveis, instruções específicas ou intervenções individualizadas. Portanto, o planejamento universal deve ser articulado às necessidades particulares dos alunos, garantindo que a diversidade seja considerada sem desconsiderar as especificidades de cada pessoa.

A aplicação desses princípios em uma escola municipal de São Luís pode ser analisada a partir da disponibilidade de materiais acessíveis, da flexibilidade das estratégias de ensino e da capacidade dos professores de diversificar as formas de apresentação e avaliação dos conteúdos.

2.4 Atendimento Educacional Especializado e articulação pedagógica

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um componente importante da organização da educação especial inclusiva. Sua finalidade é identificar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que contribuam para a eliminação de barreiras à participação e à aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

A oferta do AEE deve estar articulada ao trabalho pedagógico desenvolvido na sala de aula comum, de modo que os recursos e as estratégias planejados contribuam para a escolarização do estudante. Quando não existe comunicação efetiva entre os profissionais responsáveis pelo atendimento especializado e os professores regentes, há o risco de que as intervenções ocorram de maneira fragmentada, sem continuidade entre os diferentes espaços educativos.

Nesse sentido, o trabalho colaborativo entre professores, profissionais do AEE, coordenação pedagógica, gestão escolar e famílias é essencial para identificar necessidades, estabelecer objetivos, selecionar recursos e acompanhar os resultados das intervenções.

A análise de Mitchell e Sutherland, na obra *What Really Works in Inclusive Education*, oferece uma contribuição importante para essa discussão ao reunir estratégias de ensino apoiadas em pesquisas, incluindo ensino colaborativo, tutoria entre pares, avaliação formativa, apoio comportamental positivo e envolvimento familiar. Essas estratégias reforçam que a inclusão exige ações articuladas, e não iniciativas isoladas de um único profissional. <Cite refs={[“turn100280search3”,“turn100280search38”]}/>

No contexto investigado, torna-se relevante verificar como ocorre a articulação entre o AEE e a sala de aula comum, quais recursos são disponibilizados, como são

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

planejadas as adaptações curriculares e de que maneira os resultados do atendimento são compartilhados com os demais profissionais.

Também é necessário considerar que a oferta de apoio especializado deve respeitar as necessidades individuais dos estudantes e os objetivos educacionais definidos, evitando que o AEE seja entendido como substituto da escolarização na classe comum.

2.5 Formação continuada e desenvolvimento profissional docente

A formação dos professores constitui uma dimensão central para a implementação de práticas inclusivas. O reconhecimento da diversidade presente nas salas de aula exige conhecimentos sobre desenvolvimento e aprendizagem, planejamento acessível, avaliação pedagógica, recursos de comunicação e estratégias de ensino que respondam às diferentes necessidades educacionais.

Cook e Odom (2013) destacam que a efetividade das práticas baseadas em evidências depende, entre outros fatores, de sua implementação adequada e da preparação dos profissionais envolvidos. Isso indica que a formação docente não deve se limitar à apresentação teórica das normas legais, mas precisa favorecer a compreensão e a aplicação das estratégias no cotidiano escolar.

Nesse sentido, ações formativas podem incluir estudos de caso, planejamento colaborativo, análise de situações reais, observação de práticas pedagógicas, discussão de resultados de aprendizagem e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos professores.

A formação continuada também precisa considerar as condições concretas de trabalho. A ausência de tempo para planejamento, a quantidade de estudantes por turma, a insuficiência de materiais acessíveis e a falta de apoio técnico podem dificultar a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Assim, a responsabilidade pela inclusão não deve ser atribuída exclusivamente ao professor regente. Cabe aos sistemas de ensino e à gestão escolar assegurar condições institucionais, recursos e oportunidades de desenvolvimento profissional que possibilitem a realização de um trabalho pedagógico consistente.

Para a realidade de uma escola pública municipal de São Luís, a investigação da formação continuada pode contribuir para identificar se os profissionais possuem oportunidades regulares de capacitação, quais dificuldades encontram na implementação das estratégias inclusivas e quais apoios consideram necessários para aprimorar suas práticas.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

2.6 Avaliação da aprendizagem e monitoramento dos resultados

A avaliação constitui outro elemento fundamental para a efetividade da educação especial inclusiva. Mais do que classificar ou comparar desempenhos, ela deve fornecer informações sobre o desenvolvimento do estudante, a eficácia das estratégias pedagógicas e as necessidades de reorganização do planejamento.

A perspectiva das práticas baseadas em evidências pressupõe que as decisões educacionais sejam acompanhadas por indicadores que permitam verificar os resultados alcançados. Cook e Odom (2013) ressaltam que a implementação de uma intervenção precisa considerar não apenas sua adoção, mas também sua manutenção e seus efeitos no contexto educacional. <Cite refs={[“turn100280search0”,“turn100280search2”]}/>

Na prática, o acompanhamento pode envolver registros de participação nas atividades, análise das produções dos estudantes, observação sistemática, avaliação formativa, comparação do desempenho ao longo do tempo e verificação do alcance dos objetivos pedagógicos individualizados.

Esses instrumentos possibilitam identificar se determinada estratégia está contribuindo para a aprendizagem ou se necessita de ajustes. Por exemplo, se o uso de recursos visuais aumenta a compreensão das instruções, essa informação pode orientar a continuidade ou a ampliação da estratégia. Se os resultados esperados não forem alcançados, torna-se necessário investigar possíveis barreiras e reavaliar o planejamento.

É importante que o monitoramento considere tanto os resultados acadêmicos quanto a participação, a autonomia e o acesso às atividades escolares. A avaliação deve respeitar as características dos estudantes e os objetivos educacionais estabelecidos, sem reduzir suas possibilidades de desenvolvimento a um único indicador.

Dessa forma, o acompanhamento sistemático permite que as práticas inclusivas sejam avaliadas com maior objetividade, contribuindo para decisões pedagógicas fundamentadas e para a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem.

2.7 Desafios e possibilidades da educação especial inclusiva na escola pública municipal

A implementação da educação especial inclusiva nas escolas públicas envolve desafios relacionados à estrutura física, à acessibilidade, à disponibilidade de materiais pedagógicos, à formação profissional e à articulação entre os serviços educacionais. Embora as políticas públicas estabeleçam direitos e responsabilidades, sua efetivação depende das condições concretas oferecidas às instituições de ensino.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

ISSN: 2358-8829

A literatura sobre práticas baseadas em evidências demonstra que a existência de estratégias eficazes não garante automaticamente resultados positivos. É necessário assegurar que essas estratégias sejam implementadas com qualidade, adaptadas às necessidades dos estudantes e acompanhadas ao longo do tempo (COOK; ODOM, 2013).

Nesse contexto, o Decreto nº 12.773/2025 representa um marco normativo relevante para analisar as responsabilidades dos sistemas de ensino e as condições necessárias à consolidação de práticas inclusivas. Sua repercussão no cotidiano escolar pode ser examinada a partir da organização do AEE, da oferta de recursos de acessibilidade, do planejamento curricular, da formação continuada e da articulação entre os profissionais da educação e as famílias.

No município de São Luís, a análise de uma escola pública permite aproximar as diretrizes da política nacional da realidade institucional, identificando tanto as dificuldades de implementação quanto as iniciativas que favorecem a participação e a aprendizagem dos estudantes.

É importante que essa análise não se limite à verificação da existência de serviços ou documentos institucionais. Também deve investigar como os recursos são utilizados, quais mudanças são percebidas nas práticas pedagógicas e de que forma as estratégias adotadas repercutem na experiência escolar dos estudantes.

Assim, a efetivação da inclusão requer uma atuação conjunta entre poder público, gestão escolar, professores, profissionais especializados, famílias e comunidade. A consolidação de uma escola inclusiva depende da articulação entre os direitos assegurados pela legislação, o conhecimento científico disponível e as condições materiais e pedagógicas necessárias para transformar esses princípios em experiências reais de aprendizagem.

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza e abordagem da pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivos descritivos e exploratórios, desenvolvida por meio de um estudo de caso em uma escola pública municipal localizada em São Luís, Maranhão. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, de maneira

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

contextualizada, os impactos relacionados à implementação das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, considerando as práticas pedagógicas, a organização institucional e os desafios enfrentados pelos profissionais da educação.

Segundo Gil (2017), as pesquisas exploratórias contribuem para ampliar a compreensão de determinado problema, possibilitando maior familiaridade com o objeto investigado. Já a pesquisa descritiva permite caracterizar fenômenos, práticas e situações presentes em um contexto específico. Dessa forma, essas modalidades mostram-se pertinentes para investigar como as diretrizes da política de educação especial inclusiva se relacionam com a realidade de uma instituição pública de ensino.

A abordagem qualitativa, por sua vez, permite analisar percepções, experiências, práticas e condições institucionais que não podem ser compreendidas exclusivamente por meio de dados numéricos. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa se dedica à compreensão dos significados, das relações e dos processos que constituem a realidade social.

O estudo de caso, fundamentado em Yin (2015), possibilita investigar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, considerando as relações entre as orientações normativas e as condições concretas de sua implementação. Assim, a investigação buscará compreender como as diretrizes da educação especial inclusiva se materializam no cotidiano da escola selecionada, sem desconsiderar suas particularidades institucionais e pedagógicas.

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa será desenvolvida em uma escola pública municipal de Ensino Fundamental (anos iniciais), situada na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão. A escolha da instituição justifica-se pela possibilidade de analisar a implementação das políticas de educação especial inclusiva no contexto da educação pública municipal, considerando as condições de atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial e a organização das práticas pedagógicas.

A escola contempla uma gestora educacional, uma coordenadora pedagógica, 5 professoras de sala regular, uma professora da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que conta, ainda, com 2 cuidadores escolares.

3.3 Participantes da pesquisa

Os participantes foram selecionados de acordo com sua relação direta com o processo de implementação da educação especial inclusiva na instituição investigada.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

Participaram da pesquisa integrantes da gestão escolar, da coordenação pedagógica, professores da sala de aula comum e profissionais responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado.

A participação ocorrerá de forma voluntária, mediante esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e as condições de confidencialidade. Os participantes poderão desistir a qualquer momento, sem prejuízo de qualquer natureza.

3.4 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental, análise de documentos institucionais e entrevistas semiestruturadas com os profissionais envolvidos no processo educacional, conforme a viabilidade e as autorizações necessárias.

A pesquisa documental contemplará a análise da legislação relacionada à educação especial inclusiva, com destaque para o Decreto nº 12.686/2025 e suas alterações pelo Decreto nº 12.773/2025, além de outros dispositivos legais pertinentes. Foram examinados também documentos institucionais disponíveis e autorizados, tais como o projeto político-pedagógico, os registros de planejamento pedagógico, os documentos orientadores do AEE e os materiais relativos às ações de formação continuada.

A análise desses documentos buscou identificar de que maneira as diretrizes legais se relacionam com as orientações e práticas adotadas pela instituição, considerando os recursos disponíveis, a organização do atendimento especializado e as estratégias de acessibilidade curricular.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os profissionais participantes, utilizando um roteiro previamente elaborado, composto por perguntas abertas relacionadas aos seguintes aspectos:

- Conhecimento dos profissionais sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e o Decreto nº 12.773/2025;
- Mudanças percebidas ou implementadas nas práticas pedagógicas e na organização escolar;
- Estratégias utilizadas para favorecer a participação e a aprendizagem dos estudantes;
- Disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis e tecnologias assistivas;
- Formação continuada e necessidades de apoio profissional;

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

- Articulação entre professores, coordenação pedagógica, AEE, gestão escolar e famílias;
- Principais dificuldades e possibilidades de aprimoramento das práticas inclusivas.

A pesquisa incluiu observações do cotidiano escolar, estas foram realizadas mediante planejamento prévio e autorização institucional, com registros descritivos das práticas pedagógicas, dos recursos utilizados e das condições de participação dos estudantes, sem interferência indevida nas atividades escolares.

3.5 Procedimentos de análise dos dados

Os dados obtidos foram examinados por meio da análise de conteúdo, tomando como referência Bardin (2016). Esse procedimento permite organizar e interpretar informações qualitativas de maneira sistemática, identificando temas, categorias e aspectos recorrentes nos documentos e nos relatos dos participantes.

A análise foi organizada em três etapas principais. Na primeira, denominada pré-análise, realizada a organização do material, a leitura inicial dos documentos e das entrevistas e a identificação de informações relacionadas aos objetivos da pesquisa.

Na segunda etapa, correspondente à exploração do material, foram identificados e agrupados os conteúdos relevantes, considerando categorias previamente definidas a partir dos objetivos do estudo e outras categorias que possam emergir da análise dos dados.

Na terceira etapa, foi realizada a interpretação dos resultados, relacionando os achados às referências teóricas e ao marco legal da educação especial inclusiva.

3.6 Delimitação e limitações da pesquisa

Por se tratar de um estudo de caso realizado em uma única escola pública municipal, os resultados estarão relacionados às características e às condições específicas da instituição investigada. Portanto, não se pretende generalizar automaticamente os achados para todas as escolas da rede municipal de São Luís ou para outras redes de ensino.

Além disso, a análise dos impactos da política deverá considerar o período de sua implementação, distinguindo as mudanças efetivamente observadas das expectativas, das ações ainda em planejamento e das percepções relatadas pelos participantes.

A investigação também reconhecerá que a identificação de avanços ou dificuldades não permite, isoladamente, estabelecer uma relação causal entre a publicação do decreto e todas as transformações percebidas na escola. Outros fatores, como políticas educacionais anteriores, condições de trabalho, recursos disponíveis e iniciativas locais, poderão influenciar os resultados.

Dessa maneira, a metodologia proposta busca assegurar uma análise contextualizada, transparente e fundamentada, contribuindo para a compreensão das possibilidades e dos desafios da efetivação da educação especial inclusiva na instituição pesquisada.

3.7 Avanços na inclusão escolar: professores mais preparados, famílias mais seguras e crianças mais estimuladas

A implementação das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva apresenta possibilidades de transformação que ultrapassam a reorganização dos serviços educacionais, alcançando as relações estabelecidas entre professores, estudantes, famílias e comunidade escolar. Nesse contexto, a construção de uma escola inclusiva pressupõe o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais acessíveis, o fortalecimento da confiança das famílias e a criação de um ambiente que valorize as potencialidades de cada criança.

Um dos aspectos relevantes nesse processo refere-se à preparação dos professores para receber e acompanhar os estudantes público-alvo da educação especial. O acesso à formação continuada, às orientações pedagógicas e ao planejamento colaborativo pode contribuir para ampliar os conhecimentos dos profissionais sobre as necessidades educacionais dos alunos, favorecendo a utilização de estratégias de ensino diversificadas e recursos acessíveis. Professores mais preparados tendem a dispor de melhores condições para identificar barreiras à aprendizagem, adaptar atividades, organizar rotinas e desenvolver intervenções que respeitem as características individuais dos estudantes.

Essa preparação também pode contribuir para reduzir inseguranças e ampliar a confiança dos docentes diante dos desafios da inclusão. Entretanto, é importante destacar que a formação profissional precisa estar acompanhada de condições institucionais adequadas, recursos pedagógicos e apoio da gestão escolar, uma vez que a responsabilidade pela inclusão não deve recair exclusivamente sobre o professor.

Outro aspecto importante diz respeito à segurança das famílias em relação ao processo de escolarização de seus filhos. Quando a escola estabelece uma comunicação transparente, acolhe as preocupações dos responsáveis e demonstra compromisso com o

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

ISSN: 2358-8829

desenvolvimento das crianças, pode fortalecer a relação de confiança entre família e instituição. O diálogo contínuo permite compartilhar informações sobre os avanços, as dificuldades e as estratégias utilizadas, favorecendo uma parceria baseada no respeito e na corresponsabilidade.

A segurança das famílias também está relacionada à percepção de que seus filhos são reconhecidos em suas singularidades, recebem o apoio necessário e participam efetivamente das atividades escolares. Dessa forma, a escola inclusiva não deve apenas assegurar a matrícula, mas demonstrar, por meio de suas práticas cotidianas, que cada estudante tem direito a aprender, conviver e desenvolver suas potencialidades em um ambiente livre de discriminação.

A construção de uma escola mais acolhedora constitui outro elemento fundamental. O acolhimento manifesta-se nas atitudes dos profissionais, na organização dos espaços, nas relações entre os estudantes e nas oportunidades de participação oferecidas a todos. Uma cultura escolar inclusiva envolve o enfrentamento de preconceitos, a valorização das diferenças e o desenvolvimento de relações pautadas no respeito, na empatia e na cooperação.

Nesse sentido, a atuação conjunta da gestão escolar, da coordenação pedagógica, dos professores e dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado pode favorecer a construção de um ambiente no qual as necessidades dos estudantes sejam consideradas no planejamento das atividades. A acessibilidade, a utilização de recursos pedagógicos diversificados e a flexibilização das estratégias de ensino contribuem para que as crianças encontrem maiores possibilidades de participação no cotidiano escolar.

Como consequência dessas condições, espera-se que os estudantes tenham mais oportunidades de se envolver nas atividades, desenvolver a autonomia, estabelecer vínculos com os colegas e experimentar situações significativas de aprendizagem. Crianças que encontram um ambiente respeitoso, atividades acessíveis e apoio compatível com suas necessidades podem demonstrar maior interesse, participação e iniciativa no processo educativo.

A estimulação da aprendizagem, nesse contexto, não significa apenas oferecer mais atividades, mas planejar experiências adequadas às habilidades, aos interesses e às necessidades de cada criança. O uso de materiais concretos, recursos visuais, jogos pedagógicos, atividades colaborativas e diferentes formas de comunicação pode tornar as experiências escolares mais acessíveis e significativas. A escolha dessas estratégias deve considerar os objetivos pedagógicos e ser acompanhada pela observação do envolvimento e do progresso dos estudantes.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

Esses aspectos dialogam com as contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem, apresentado pelo CAST (2024), que propõe múltiplas formas de engajamento, representação e ação e expressão, favorecendo o planejamento de experiências educacionais que considerem a diversidade dos estudantes. Também se relacionam à discussão de Cook e Odom (2013) sobre a importância da implementação adequada de práticas baseadas em evidências e do acompanhamento de seus resultados.

Dessa maneira, a preparação dos professores, a confiança das famílias, o acolhimento institucional e a estimulação das crianças constituem dimensões interdependentes da educação inclusiva. Quando articuladas, essas dimensões podem contribuir para um ambiente escolar que reconheça as diferenças sem transformá-las em obstáculos à participação e à aprendizagem.

No âmbito da escola pública municipal investigada em São Luís, Maranhão, esses elementos devem ser considerados na análise dos possíveis impactos da política de educação especial inclusiva. A verificação de avanços dependerá de evidências obtidas por meio dos documentos, dos relatos dos profissionais e das demais fontes de dados utilizadas na pesquisa. Assim, será possível identificar em que medida as ações desenvolvidas contribuem para fortalecer a atuação docente, ampliar a confiança das famílias, tornar o ambiente escolar mais acolhedor e favorecer o envolvimento dos estudantes nas experiências de aprendizagem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A implementação da política de educação especial inclusiva no contexto escolar

A análise dos impactos do Decreto nº 12.773/2025 em uma escola pública municipal de São Luís, Maranhão, requer a compreensão das relações entre as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e as condições concretas de sua implementação no cotidiano escolar. Nesse sentido, a investigação deve considerar tanto as mudanças relacionadas à organização institucional quanto os desafios que podem interferir na garantia do direito à aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

A legislação brasileira estabelece a educação inclusiva como um direito, atribuindo aos sistemas de ensino a responsabilidade de assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Entretanto, a concretização desses princípios depende de medidas que ultrapassem a matrícula do estudante na classe

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

comum, envolvendo acessibilidade, planejamento pedagógico, recursos especializados e formação dos profissionais da educação.

Sob essa perspectiva, a implementação da política deve ser examinada a partir de seus efeitos sobre o planejamento escolar, a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a disponibilização de recursos pedagógicos e a atuação dos professores. Também é necessário verificar se as orientações normativas estão incorporadas aos documentos institucionais e às práticas desenvolvidas na escola.

A análise deverá distinguir as ações já existentes antes da publicação do decreto daquelas efetivamente implantadas ou modificadas após sua entrada em vigor. Essa distinção é importante para evitar que iniciativas anteriores de educação inclusiva sejam atribuídas exclusivamente à nova normativa.

Desse modo, o estudo poderá contribuir para compreender em que medida a política nacional favorece o aprimoramento das práticas inclusivas e quais condições institucionais precisam ser fortalecidas para que suas diretrizes se concretizem no contexto investigado.

4.2 Práticas pedagógicas inclusivas e aprendizagem dos estudantes

Um dos aspectos centrais da discussão refere-se à organização das práticas pedagógicas destinadas a favorecer a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

A perspectiva inclusiva pressupõe que o planejamento pedagógico considere a diversidade dos estudantes, reconhecendo diferentes ritmos de aprendizagem, formas de comunicação e necessidades de apoio. Nesse contexto, a utilização de recursos visuais, materiais concretos, instruções organizadas em etapas, atividades adaptadas e diferentes formas de avaliação pode ampliar as oportunidades de participação nas atividades escolares.

O Desenho Universal para a Aprendizagem, apresentado nas diretrizes do CAST (2024), contribui para essa discussão ao propor múltiplas formas de engajamento, representação e ação e expressão. Essa abordagem favorece o planejamento de experiências educacionais mais acessíveis desde sua elaboração, sem excluir a necessidade de apoios individualizados quando necessários.

Entretanto, a presença de recursos adaptados não garante, isoladamente, a aprendizagem. É necessário verificar se os materiais estão relacionados aos objetivos curriculares, se são utilizados de maneira sistemática e se contribuem para o desenvolvimento das habilidades previstas.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

Cook e Odom (2013) destacam a importância da implementação adequada de práticas baseadas em evidências na educação especial. Essa contribuição permite compreender que a adoção de estratégias pedagógicas deve ser acompanhada pela análise de seus resultados e pela reorganização das intervenções sempre que necessário.

No contexto da escola investigada, será importante identificar quais estratégias são utilizadas pelos professores, como são planejadas as adaptações curriculares e quais instrumentos permitem acompanhar o progresso dos estudantes. A análise desses aspectos possibilitará discutir se as práticas adotadas favorecem não apenas a presença física dos alunos, mas também sua participação efetiva e seu acesso ao conhecimento.

4.3 Atendimento Educacional Especializado e trabalho colaborativo

O Atendimento Educacional Especializado constitui um dos elementos fundamentais para a organização da educação especial inclusiva. Sua contribuição está relacionada à identificação e à organização de recursos de acessibilidade e estratégias pedagógicas que auxiliem na eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação.

Para que esse atendimento contribua efetivamente com a escolarização, é necessário que exista articulação entre os profissionais responsáveis pelo AEE, os professores das classes comuns, a coordenação pedagógica e a gestão escolar. O compartilhamento de informações e o planejamento colaborativo permitem relacionar os recursos especializados aos objetivos trabalhados na sala de aula.

A discussão dos resultados deverá considerar a existência de momentos de planejamento conjunto, a comunicação entre os profissionais e a continuidade das estratégias utilizadas nos diferentes espaços educacionais. Também deverá investigar se os recursos disponíveis atendem às necessidades dos estudantes e se há condições adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas.

Mitchell e Sutherland (2020), ao discutirem estratégias para a educação especial e inclusiva, reúnem contribuições sobre práticas de ensino, apoio comportamental, colaboração e participação dos estudantes. Esses elementos reforçam a importância de uma organização escolar que distribua responsabilidades e favoreça a atuação conjunta dos profissionais.

Caso a investigação identifique dificuldades de comunicação entre os professores e o AEE, será importante analisar suas possíveis relações com a ausência de tempo para planejamento, a insuficiência de recursos ou a falta de espaços institucionais para discussão dos casos. Por outro lado, a identificação de práticas colaborativas

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

poderá indicar possibilidades de fortalecimento da inclusão e de maior continuidade das intervenções pedagógicas.

4.4 Formação continuada dos professores e desafios institucionais

A formação continuada representa uma dimensão relevante para a efetivação das políticas de educação especial inclusiva. O trabalho com turmas heterogêneas exige conhecimentos que permitam aos professores reconhecer barreiras à aprendizagem, selecionar estratégias adequadas e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes.

Entretanto, a formação não deve ser compreendida exclusivamente como responsabilidade individual do docente. A implementação de práticas inclusivas também depende das condições oferecidas pela rede de ensino e pela gestão escolar, incluindo oportunidades de capacitação, disponibilidade de recursos, apoio pedagógico e tempo destinado ao planejamento.

Cook e Odom (2013) ressaltam que a aplicação de práticas fundamentadas em evidências envolve questões relacionadas à implementação e à sustentação das intervenções. Assim, conhecer uma estratégia não significa necessariamente conseguir aplicá-la com qualidade em qualquer contexto. É preciso considerar as condições de trabalho e os apoios necessários à sua utilização.

No estudo realizado na escola municipal, a análise deverá investigar quais oportunidades de formação são oferecidas aos profissionais, quais conhecimentos são considerados necessários e quais dificuldades são relatadas no atendimento à diversidade dos estudantes.

Entre os aspectos a serem examinados estão a preparação para utilizar recursos de acessibilidade, a elaboração de adaptações curriculares, a avaliação da aprendizagem e o desenvolvimento de estratégias para ampliar a autonomia e a participação dos alunos.

A identificação de lacunas formativas poderá subsidiar propostas de desenvolvimento profissional alinhadas às necessidades da instituição. Da mesma forma, experiências positivas relatadas pelos professores poderão contribuir para a identificação de estratégias que mereçam ser compartilhadas e aperfeiçoadas coletivamente.

4.5 Disponibilidade de recursos pedagógicos e acessibilidade

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

A disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis e tecnologias assistivas constitui outro aspecto importante para a análise da implementação da política de educação especial inclusiva.

Os recursos utilizados no processo educativo devem ser selecionados de acordo com as necessidades dos estudantes e com os objetivos de aprendizagem. Materiais visuais, recursos de comunicação alternativa, instrumentos de acessibilidade, materiais concretos e tecnologias assistivas podem ampliar as possibilidades de participação, desde que sua utilização seja planejada e acompanhada pedagogicamente.

A abordagem do Desenho Universal para a Aprendizagem contribui para compreender a necessidade de reduzir barreiras presentes nos materiais, nas atividades e nas formas de apresentação dos conteúdos. Contudo, a acessibilidade também envolve aspectos físicos, comunicacionais e atitudinais, que precisam ser considerados na organização do ambiente escolar.

Na instituição investigada, será necessário verificar quais recursos estão disponíveis, como são utilizados pelos professores, se existem materiais suficientes para atender às necessidades identificadas e quais dificuldades limitam sua utilização.

A eventual insuficiência de recursos deverá ser discutida em articulação com as responsabilidades institucionais e com as condições de financiamento, planejamento e organização do trabalho pedagógico. Não seria adequado atribuir as dificuldades de inclusão exclusivamente à atuação dos professores quando existem barreiras estruturais que limitam suas possibilidades de intervenção.

Por outro lado, a identificação de soluções pedagógicas viáveis, de materiais produzidos pela própria escola e de estratégias compartilhadas entre os profissionais poderá revelar possibilidades de aprimoramento das práticas inclusivas, desde que essas iniciativas sejam avaliadas quanto à sua adequação e aos resultados alcançados.

4.6 Articulação entre escola, família e profissionais de apoio

A participação da família constitui uma dimensão importante do processo educacional, especialmente quando o acompanhamento dos estudantes exige continuidade entre as experiências escolares e outros contextos de desenvolvimento.

A comunicação entre escola e família pode contribuir para o compartilhamento de informações relevantes sobre as necessidades, as habilidades e as formas de apoio que favorecem a participação do estudante. Essa articulação também permite esclarecer objetivos pedagógicos, discutir dificuldades e acompanhar o desenvolvimento das estratégias estabelecidas.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

ISSN: 2358-8829

Entretanto, a colaboração não deve significar a transferência da responsabilidade pela inclusão para as famílias. Cabe à instituição escolar assegurar condições pedagógicas adequadas, enquanto a família participa do processo de forma colaborativa e respeitosa, dentro de suas possibilidades.

A análise dos resultados deverá verificar como ocorre essa comunicação, quais canais são utilizados e se existem momentos de diálogo sobre as necessidades educacionais dos estudantes. Também será importante investigar se há articulação com outros profissionais envolvidos no acompanhamento dos alunos, respeitando os limites de atuação de cada área e as autorizações necessárias para o compartilhamento de informações.

A identificação de práticas de comunicação sistemática poderá indicar avanços na organização institucional. Em contrapartida, dificuldades de articulação poderão revelar a necessidade de estabelecer procedimentos mais claros de comunicação e planejamento conjunto.

4.7 Síntese crítica dos impactos da política de educação especial inclusiva

A discussão dos impactos do Decreto nº 12.773/2025 deve considerar que a efetivação da educação especial inclusiva não ocorre de maneira automática a partir da publicação de uma norma. As mudanças dependem da articulação entre as orientações legais, os recursos disponíveis, a formação dos profissionais e a organização das práticas pedagógicas.

A literatura científica contribui para compreender que estratégias inclusivas precisam ser selecionadas com base em evidências, implementadas de maneira adequada e avaliadas continuamente. Da mesma forma, as diretrizes de acessibilidade ressaltam a importância de planejar experiências educacionais que considerem a diversidade desde o início, sem desconsiderar as necessidades individuais de apoio.

No âmbito da escola municipal de São Luís, a análise integrada dos documentos institucionais, dos relatos dos profissionais e, caso realizada, da observação das práticas pedagógicas permitirá identificar os aspectos em que as diretrizes da política estão incorporadas ao cotidiano escolar, bem como os obstáculos que ainda precisam ser superados.

Os avanços deverão ser reconhecidos a partir de evidências concretas, como mudanças documentadas no planejamento, ampliação da acessibilidade, maior articulação entre os profissionais ou melhorias verificáveis na participação e na aprendizagem dos estudantes. Da mesma forma, os desafios deverão ser sustentados por

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

informações obtidas durante a investigação, evitando generalizações baseadas apenas em expectativas ou impressões.

Portanto, a principal contribuição do estudo consiste em aproximar o marco legal da realidade institucional, identificando condições que favorecem ou dificultam a efetivação da educação especial inclusiva. Essa análise poderá subsidiar reflexões e propostas de aprimoramento das práticas pedagógicas, contribuindo para uma escola comprometida com a equidade, a acessibilidade e a garantia do direito à educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos do Decreto nº 12.773/2025 em uma escola pública municipal de São Luís, Maranhão, considerando as implicações da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva para a organização do trabalho pedagógico, a formação dos professores, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a garantia do direito à aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

A discussão desenvolvida evidencia a importância das políticas públicas na consolidação de uma educação comprometida com a equidade, acessibilidade e o respeito à diversidade. Entretanto, a efetivação da educação especial inclusiva exige mais do que o cumprimento das determinações legais, sendo necessário assegurar condições institucionais, recursos pedagógicos acessíveis, formação continuada e articulação entre os profissionais envolvidos no processo educativo.

Nesse contexto, a implementação das diretrizes da política nacional deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação das práticas pedagógicas e das relações estabelecidas no ambiente escolar. A inclusão não se limita à matrícula dos estudantes em classes comuns, mas pressupõe a criação de condições que favoreçam sua participação, aprendizagem, autonomia e desenvolvimento integral.

Um dos aspectos fundamentais desse processo é a preparação dos professores para atender à diversidade presente nas salas de aula. A formação continuada, o planejamento colaborativo e o acesso a recursos pedagógicos adequados podem ampliar a segurança dos profissionais e favorecer a utilização de estratégias de ensino mais acessíveis e diversificadas. Professores mais preparados possuem melhores condições de reconhecer as necessidades dos estudantes, identificar barreiras à aprendizagem e desenvolver práticas que valorizem suas potencialidades.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre escola e família. Uma instituição que mantém comunicação transparente acolhe as preocupações dos responsáveis e demonstra compromisso com o desenvolvimento de cada criança pode fortalecer a confiança das famílias no processo de escolarização. Essa parceria favorece o acompanhamento da aprendizagem e contribui para que os responsáveis se sintam mais seguros quanto ao acolhimento, à participação e às oportunidades educacionais oferecidas aos seus filhos.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

A construção de uma escola mais acolhedora também representa uma dimensão essencial da inclusão. O respeito às diferenças, o enfrentamento de atitudes discriminatórias, a valorização da diversidade e o fortalecimento das relações de cooperação contribuem para um ambiente em que todos os estudantes possam se sentir pertencentes à comunidade escolar. Nesse sentido, a inclusão deve ser entendida como um compromisso coletivo, que envolve gestão, professores, profissionais especializados, famílias e demais integrantes da comunidade.

Além disso, a oferta de experiências pedagógicas acessíveis, estimulantes e adequadas às necessidades dos estudantes pode ampliar as oportunidades de envolvimento nas atividades escolares. A estimulação da aprendizagem deve, portanto, estar associada a um planejamento intencional e ao acompanhamento contínuo do progresso de cada criança.

A literatura científica sobre práticas pedagógicas baseadas em evidências reforça a importância da seleção criteriosa de estratégias de ensino, de sua implementação adequada e da avaliação dos resultados alcançados. Nessa perspectiva, o Desenho Universal para a Aprendizagem, a diversificação dos recursos pedagógicos, o planejamento colaborativo e a avaliação contínua constituem possibilidades para ampliar as oportunidades de aprendizagem, respeitando as singularidades dos estudantes e reconhecendo que diferentes necessidades podem exigir diferentes formas de apoio.

A articulação entre a sala de aula comum, o Atendimento Educacional Especializado, a coordenação pedagógica, a gestão escolar e as famílias também se apresenta como elemento importante para a continuidade das ações inclusivas. O trabalho colaborativo permite compartilhar informações, estabelecer objetivos e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes de maneira mais integrada, evitando que a responsabilidade pela inclusão seja atribuída exclusivamente a um único profissional ou à família.

No contexto da escola pública municipal investigada em São Luís, Maranhão, a análise dessas dimensões permite refletir sobre as condições necessárias para transformar as diretrizes legais em práticas efetivas. A identificação dos avanços e das dificuldades deve considerar os dados efetivamente obtidos durante a pesquisa, distinguindo as mudanças comprovadas das expectativas relacionadas à implementação da política. Essa análise é fundamental para compreender como a formação dos professores, a confiança das famílias, o acolhimento institucional e a estimulação das crianças se relacionam com a efetivação da educação inclusiva.

Conclui-se que a consolidação de uma educação especial inclusiva depende da articulação entre legislação, conhecimento científico, planejamento pedagógico e condições institucionais adequadas. O Decreto nº 12.773/2025 deve ser compreendido no conjunto das políticas que orientam a garantia dos direitos educacionais, considerando que a transformação das determinações legais em práticas cotidianas exige investimento, acompanhamento e compromisso coletivo.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre a implementação das políticas de educação especial inclusiva na rede pública municipal

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

ISSN: 2358-8829

de São Luís, incentivando o desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento da parceria entre escola e família. Reafirma-se, assim, que uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que reconhece as diferenças, acolhe cada estudante em suas singularidades e oferece condições para que todos tenham oportunidades reais de aprender, desenvolver sua autonomia, estabelecer vínculos e participar plenamente da vida escolar.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12773.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br

CAST. **Universal Design for Learning Guidelines version 3.0**. Lynnfield, MA: CAST, 2024. Disponível em: https://udlguidelines.cast.org. Acesso em: 28 out. 2026.

COOK, Bryan G.; COOK, Sara Cothren. Unraveling evidence-based practices in special education. *The Journal of Special Education*, v. 47, n. 2, p. 71-82, 2013. DOI: https://doi.org/10.1177/0022466911420877.

COOK, Bryan G.; ODOM, Samuel L. Evidence-based practices and implementation science in special education. *Exceptional Children*, v. 79, n. 3, p. 135-144, 2013. DOI: https://doi.org/10.1177/001440291307900201.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, anapaulacostadesouza@edu.saoluis.ma.gov.br
[2]Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais – INTERVALE/MG, luizateixeiramotatelles@edu.saoluis.ma.gov.br